

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**ATIVO**

Descrição	Nota	31/12/2018	Em Reais
			31/12/2017
<b>Circulante</b>		<b>408.061.915,04</b>	<b>349.462.978,99</b>
<b>Disponibilidades</b>	3	6.546.000,97	3.817.794,43
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.1	3.576.115,52	0,00
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>		<b>86.210,80</b>	<b>81.317,36</b>
Títulos de Renda Fixa	4	86.210,80	81.317,36
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>163.161.973,35</b>	<b>171.835.326,60</b>
Centralização Financeira – Cooperativas	5	163.161.973,35	171.835.306,60
Correspondentes no País		0,00	20,00
<b>Operações de Crédito</b>	6	<b>230.820.324,61</b>	<b>170.095.518,88</b>
Operações de Crédito		239.811.677,47	177.955.879,08
(-) Provisão Operações Crédito Liq.		(8.991.352,86)	(7.860.360,20)
<b>Outros Créditos</b>	7	<b>1.527.711,32</b>	<b>1.642.308,72</b>
Rendas a Receber		971.194,08	1.053.734,67
Avais e Fianças Honrados		177.682,36	162.659,53
Diversos		797.304,90	759.320,63
(-) Provisão Outros Crédito Liq Duvidosa		(418.470,02)	(333.406,11)
<b>Outros Valores e Bens</b>	8	<b>2.343.578,47</b>	<b>1.990.713,00</b>
Outros Valores e Bens		2.343.578,47	1.990.713,00
<b>Não Circulante</b>		<b>117.291.411,56</b>	<b>50.530.599,94</b>
<b>Operações de Crédito</b>	6	<b>95.553.952,80</b>	<b>31.004.177,72</b>
Operações de Crédito		101.983.959,59	32.920.148,64
(-) Provisão Operações Crédito Liq.		(6.430.006,79)	(1.915.970,92)
<b>Permanente</b>		<b>21.737.458,76</b>	<b>19.526.422,22</b>
<b>Investimentos</b>	9	<b>9.495.316,31</b>	<b>9.015.144,27</b>
No País		1.899.514,99	1.675.231,64
Outros Investimentos		7.595.801,32	7.339.912,63
<b>Imobilizações em Curso</b>	10	<b>100.000,00</b>	<b>4.370.000,00</b>
Imóveis		100.000,00	4.370.000,00
<b>Imobilizado de Uso</b>	10	<b>12.128.381,13</b>	<b>6.123.324,07</b>
Imóveis de uso		11.311.171,08	3.407.204,64
Outras Imobilizações de Uso		4.322.135,21	5.435.734,74
(-) Depreciações Acumuladas		(3.504.925,16)	(2.719.615,31)
<b>Intangível</b>		<b>13.761,32</b>	<b>17.953,88</b>
Direitos de Uso		27.971,79	26.238,79
(-) Amortização Acumulada		(14.210,47)	(8.284,91)
<b>Total do Ativo</b>		<b>525.353.326,60</b>	<b>399.993.578,93</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**PASSIVO**

Descrição		Em Reais	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>		<b>446.043.757,57</b>	<b>340.212.484,92</b>
<b>Depósitos</b>	11	<b>336.361.714,04</b>	<b>255.318.258,11</b>
Depósitos a Vista		79.492.599,93	54.936.494,66
Depósitos a Prazo		256.869.114,11	200.381.763,45
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>12.008.537,32</b>	<b>32.558.542,26</b>
Repasse Interfinanceiros	12	12.006.351,25	32.558.542,26
Relação com Correspondentes		2.186,07	0,00
<b>Relações Interdependências</b>	13	<b>184.900,00</b>	<b>276.700,00</b>
Recursos em Trânsito		184.900,00	276.700,00
<b>Obrigações Por Empréstimos</b>		<b>86.013.614,11</b>	<b>39.708.648,63</b>
Empréstimos no País - Outras Instituições	12	86.013.614,11	39.708.648,63
<b>Outras Obrigações</b>	14	<b>11.474.992,10</b>	<b>12.350.335,92</b>
Cobrança e Arrecadação de Trib. e Assemelhados		74.671,79	78.572,95
Sociais e Estatutárias		4.618.024,80	3.114.012,02
Fiscais e Previdenciárias		648.935,98	451.970,50
Diversas		6.133.359,53	8.705.780,45
<b>Não Circulante</b>		<b>190.038,40</b>	<b>106.220,40</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>190.038,40</b>	<b>106.220,40</b>
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>190.038,40</b>	<b>106.220,40</b>
Repasse Interfinanceiros	12	190.038,40	106.220,40
<b>Patrimônio Líquido</b>	16	<b>79.119.530,63</b>	<b>59.674.873,61</b>
<b>Capital Social</b>		<b>37.541.419,86</b>	<b>31.247.856,12</b>
Capital de Domiciliados		37.558.896,34	31.250.346,62
(Capital a Realizar)		(17.476,48)	(2.490,50)
<b>Reserva de Sobras</b>		<b>34.180.667,68</b>	<b>24.009.183,44</b>
Reserva Legal		31.593.051,81	22.346.247,95
Outras		2.587.615,87	1.662.935,49
<b>Sobras a Disposição da Assembleia</b>		<b>7.397.443,09</b>	<b>4.417.834,05</b>
Sobras a Disposição da Assembleia		7.397.443,09	4.417.834,05
<b>Total do Passivo</b>		<b>525.353.326,60</b>	<b>399.993.578,93</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017**

**DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS**

Descrição	Nota	2º Semestre de 2018	Em Reais	
			31/12/2018	31/12/2017
<b>Ingressos e receitas da intermediação financeira</b>	<b>18.1</b>	<b>27.142.036,63</b>	<b>51.227.954,72</b>	<b>42.707.360,87</b>
Operações de crédito		27.023.016,96	51.102.545,65	40.514.112,10
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		119.019,67	125.409,07	2.193.248,77
<b>Dispêndios e despesas da intermediação financeira</b>		<b>(20.376.004,02)</b>	<b>(29.776.886,68)</b>	<b>(26.436.162,94)</b>
(-) Operações de captação no mercado	11	(7.850.656,40)	(14.216.050,99)	(17.154.944,86)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse		(2.220.538,80)	(4.512.797,64)	(4.113.348,09)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.304.808,82)	(11.048.038,05)	(5.167.869,99)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>19.1</b>	<b><u>6.766.032,61</u></b>	<b><u>21.451.068,04</u></b>	<b><u>16.271.197,93</u></b>
<b>Outros ingressos, receitas e despesas operacionais</b>		<b>3.063.593,15</b>	<b>(1.834.693,10)</b>	<b>(4.634.047,44)</b>
(+) Ingressos e receitas de prestação de serviços		1.781.978,36	3.592.524,45	2.762.537,98
(+) Rendas de Tarifas Bancárias		3.163.194,61	5.836.649,09	4.496.075,71
(+) Resultado em Participação Coligadas e Controladas			224.270,78	208.437,14
(+) Outras Receitas Operacionais	18	7.872.403,57	8.960.952,99	1.070.504,51
(-) Dispêndios e despesas de pessoal		(9.390.142,62)	(16.891.236,11)	(13.663.177,97)
(-) Outros dispêndios e despesas administrativas		(6.359.834,69)	(12.759.607,99)	(11.430.999,81)
(-) Despesas Tributárias		(210.202,58)	(432.508,25)	(372.292,90)
(+) Ingressos de depósitos intercooperativos		7.111.029,09	13.493.033,99	15.227.837,35
(-) Outros dispêndios e despesas operacionais	19	(904.832,59)	(3.858.772,05)	(2.932.969,45)
<b>Resultado operacional</b>		<b><u>9.829.625,76</u></b>	<b><u>19.616.374,94</u></b>	<b><u>11.637.150,49</u></b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>20</b>	<b>(308.665,39)</b>	<b>(417.502,68)</b>	<b>(18.796,42)</b>
Receitas não operacionais		29.815,02	30.953,56	161.827,78
Despesas não operacionais		(338.480,41)	(448.456,24)	(180.624,20)
<b>Resultado antes da tributação e das participações</b>		<b><u>9.520.960,37</u></b>	<b><u>19.198.872,26</u></b>	<b><u>11.618.354,06</u></b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		<b>(346.252,30)</b>	<b>(786.506,28)</b>	<b>(433.664,58)</b>
Imposto de Renda		(208.664,26)	(471.362,10)	(257.100,44)
Contribuição Social		(137.588,04)	(315.144,18)	(176.564,14)
<b>Resultado Depois Trib. S/ Lucro</b>			<b><u>18.412.365,98</u></b>	<b><u>11.184.689,48</u></b>
<b>Realização do FATES</b>			567.038,31	415.915,98
<b>Sobras líquidas do exercício/semestre</b>		<b><u>9.174.708,07</u></b>	<b><u>18.979.409,29</u></b>	<b><u>11.600.605,46</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Eventos	Notas	Capital Social	Reserva Legal	Fundo de Estabilidade	Sobras a Disposição da Assembleia	Em Reais
						Total
<b>Saldos em 31/12/2016</b>		<b>26.278.955,55</b>	<b>16.823.955,40</b>	<b>1.110.706,24</b>	<b>3.445.649,91</b>	<b>47.659.267,10</b>
Destinação das sobras exercício anterior		4.968.900,57	5.522.292,55	552.229,25	972.184,14	12.015.606,51
Constituição de Reservas						
Integralização/subscrição de capital		2.534.522,16				2.534.522,16
(-) Devolução de capital		(1.011.271,50)				(1.011.271,50)
Reversões de reservas						-
Resultado com Cooperado					10.628.669,13	10.628.669,13
Resultado Não Cooperado					556.020,36	556.020,36
Incorporação das Sobras do Exercício Anterior		3.445.649,91			(3.445.649,91)	-
FATES - Atos não cooperativos					(556.020,36)	(556.020,36)
FATES - Atos cooperativos					(552.229,25)	(552.229,25)
Absorção Disp. com FATES					415.915,98	415.915,98
Reserva Legal			5.522.292,55	552.229,25	(6.074.521,80)	
<b>Saldos em 31/12/2017</b>		<b>31.247.856,12</b>	<b>22.346.247,95</b>	<b>1.662.935,49</b>	<b>4.417.834,05</b>	<b>59.674.873,61</b>
Destinação de Sobras Exercício Anterior		6.293.563,74	9.246.803,86	924.680,38	2.979.609,04	19.444.657,02
Integralização/subscrição de capital		3.730.022,69				3.730.022,69
(-) Devolução de capital		(1.836.816,52)				(1.836.816,52)
(-) Capital a Integralizar		(17.476,48)				(17.476,48)
Resultado com Cooperado					17.926.569,40	17.926.569,40
Resultado Não Cooperado	17				485.796,58	485.796,58
Incorporação das Sobras do Exercício	16	4.417.834,05			(4.417.834,05)	
FATES - Atos não cooperativos	16				(485.796,58)	(485.796,58)
FATES - Atos cooperativos	16				(924.680,38)	(924.680,38)
Absorção Disp. com FATES	16				567.038,31	567.038,31
Reserva Legal	16		9.246.803,86	924.680,38	(10.171.484,24)	
<b>Saldos em 31/12/2018</b>		<b>37.541.419,86</b>	<b>31.593.051,81</b>	<b>2.587.615,87</b>	<b>7.397.443,09</b>	<b>79.119.530,63</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018 e 31/12/2017**

**DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA**

Descrição	<b>Em Reais</b>		
	2º Semestre de 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais	9.520.960,37	19.198.872,26	11.618.354,06
<b>1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação</b>	<b>9.520.960,37</b>	<b>19.198.872,26</b>	<b>11.618.354,06</b>
2 – Ajuste Por	9.539.001,26	5.649.757,66	3.705.497,07
Provisão Para Operações de Credito	9.453.961,33	5.645.027,53	3.640.274,88
Depreciação/Amortização	431.292,23	791.236,41	498.886,77
IRPJ/CSLL	(346.252,30)	(786.506,28)	(433.664,58)
<b>3 - Variações de ativos e passivos</b>	<b>(104.973.964,55)</b>	<b>(28.825.981,79)</b>	<b>30.507.219,03</b>
(Aumento) ou Diminuição Dos Títulos Valores Mobiliários	1.426.223,97	(4.893,44)	7.090.177,49
(Aumento) ou Diminuição Aplicações Interfinanceiras de liquidez	(3.576.115,52)	(3.576.115,52)	0,00
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Crédito	(140.733.618,67)	(130.919.609,34)	(56.362.503,54)
(Aumento) ou Diminuição de Outros Créditos	947.443,13	114.597,40	(740.529,76)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(156.642,21)	(352.865,47)	(1.830.413,00)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	(7.497.444,94)	81.043.455,93	58.764.545,62
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	184.900,00	(91.800,00)	276.700,00
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	(5.210.136,86)	(875.343,82)	2.908.630,24
(Diminuição) ou Aumento em Repasses Interfinanceiros	4.981.975,57	(20.468.373,01)	(10.718.841,47)
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	44.659.450,98	46.304.965,48	31.119.453,45
<b>4 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1+2+3)</b>	<b>(85.914.002,92)</b>	<b>(3.977.351,87)</b>	<b>45.831.070,16</b>
<b>5- Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>	<b>(966.293,45)</b>	<b>(3.002.271,95)</b>	<b>(5.684.221,47)</b>
Investimentos	0,00	(480.172,04)	(1.867.494,99)
Ativo Imobilizado/Intangível	(966.293,45)	(2.522.099,91)	(3.816.726,51)
<b>6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	<b>963.383,57</b>	<b>1.034.476,43</b>	<b>830.917,03</b>
Integralização de Capital	1.818.714,61	3.730.022,69	2.537.012,66
Devolução de Capital	0,00	(1.836.816,52)	(1.011.271,50)
Capital a Realizar	(11.892,39)	(15.291,09)	(2.490,50)
FATES	(924.680,38)	(924.680,38)	(552.229,25)
FATES Não Associados	(485.796,58)	(485.796,58)	(556.020,36)
Utilização do FATES	567.038,31	567.038,31	415.915,58
<b>7 - Variação no Caixa (4+5+6)</b>	<b>(85.916.912,80)</b>	<b>(5.945.147,39)</b>	<b>40.977.765,69</b>
Aumento Líquido de Caixa e equivalente de Caixa	(85.916.912,80)	(5.945.147,39)	40.977.765,69
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	255.624.886,41	175.653.121,00	134.675.355,31
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período</b>	<b>169.707.973,61</b>	<b>169.707.973,61</b>	<b>175.653.121,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DEZEMBRO DE 2018 E 2017****1. Contexto Operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não ancária, fundada em **08/05/1985**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** possui **23** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CANOINHAS - SC, BELA VISTA DO TOLDO - SC, IRINEÓPOLIS - SC, PORTO UNIÃO - SC, TRÊS BARRAS - SC, SÃO MATEUS DO SUL - PR, UNIÃO DA VITÓRIA - PR, CRUZ MACHADO - PR, SÃO JOÃO DO TRIUNFO - PR, PAULO FRONTIN - PR, MALLET - PR, ANTÔNIO OLINTO - PR, PAULA FREITAS - PR, PALMEIRA - PR, ARAQUARI - SC, RIO AZUL - PR, ITAPOÁ - SC, BALNEÁRIO BARRA DO SUL - SC, GARUVA - SC.**

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 04.02.2019

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo BACEN. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 02 (R2)- Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 4.636/2018; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Aplicação em títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **d) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **e) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

**f) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

**g) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

**h) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**i) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

**j) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

**l) Demais Ativos e Passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**l) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**n) Obrigações legais**



São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos de acordo com o Decreto nº 9.580/2018. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo decreto

#### p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de Dezembro de 2018**.

### 3. Disponibilidades

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários (a)	6.546.000,97	3.817.794,43
<b>TOTAL</b>	<b>6.546.000,97</b>	<b>3.817.794,43</b>

a) Os saldos caixa e depósitos bancários são constituídos dos valores disponibilizados no próprio caixa da cooperativa e pelos saldos de contas bancárias disponíveis para movimentação.

#### 3.1 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	3.576.115,52	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.576.115,52</b>	<b>0,00</b>

a) A aplicações interfinanceiras de liquidez são recursos aplicados junto ao Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB o qual estão com remuneração média de 101% da CDI.

### 4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Vinculados a Prestação de Garantias	86.210,80	81.317,36
<b>TOTAL</b>	<b>86.210,80</b>	<b>81.317,36</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI.

## 5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Correspondentes no País	0,00	20,00
(a) Centralização Financeira – Cooperativas	163.161.973,35	171.835.306,60
<b>TOTAL</b>	<b>163.161.973,35</b>	<b>171.835.326,60</b>

a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

## 6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	453.780,50	0,00	<b>453.780,50</b>	396.893,91
Empréstimos	96.190.624,34	83.384.712,79	<b>179.575.337,13</b>	102.647.084,75
Títulos Descontados	25.116.300,44	0,00	<b>25.116.300,44</b>	20.001.673,10
Financiamentos	9.494.820,42	12.859.540,06	<b>22.354.360,48</b>	9.237.334,94
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	108.556.151,77	5.739.706,74	<b>114.295.858,51</b>	78.593.040,57
(-) Provisões para Operações de Crédito	(8.991.352,86)	(6.430.006,79)	<b>(15.421.359,65)</b>	(9.776.330,67)
<b>TOTAL</b>	<b>230.820.324,61</b>	<b>95.553.952,80</b>	<b>326.374.277,41</b>	<b>201.099.696,60</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	5.659.713,44	571,92	150.620,24	5.056.888,43	10.867.794,03	0,00	1.599.597,43	0,00
A 0,5% Normal	93.115.621,31	778.383,63	7.392.075,61	35.815.707,90	137.101.788,45	(685.508,94)	86.514.746,52	(432.573,73)
B 1% Normal	58.324.044,08	2.500.099,28	9.420.228,43	63.505.776,19	133.750.147,98	(1.337.501,48)	92.444.584,34	(924.445,84)
B 1% Vencidas	1.439.034,79	3.154,44	24.849,45	0,00	1.467.038,68	(14.670,39)	1.256.032,22	(12.560,32)
C 3% Normal	18.103.008,14	2.311.308,43	4.271.232,18	6.845.672,93	31.531.221,68	(945.936,65)	15.626.079,06	(468.782,37)
C 3% Vencidas	1.499.322,47	110.440,37	96.422,05	10.960,34	1.717.145,23	(51.514,36)	696.045,02	(20.881,35)
D 10% Normal	3.440.971,04	626.476,28	561.029,76	463.866,65	5.092.343,73	(509.234,37)	3.262.402,17	(326.240,22)
D 10% Vencidas	1.999.989,86	166.324,31	191.944,29	0,00	2.358.258,46	(235.825,85)	631.079,45	(63.107,95)
E 30% Normal	1.146.032,65	108.774,61	36.027,30	2.490.792,47	3.781.627,03	(1.134.488,11)	170.938,76	-51.281,63
E 30% Vencidas	1.427.391,85	26.817,44	148.680,11	0,00	1.602.889,40	(480.866,82)	346.240,75	(103.872,22)
F 50% Normal	3.160.088,21	558.673,63	0,00	0,00	3.718.761,84	(1.859.380,92)	197.015,37	(98.507,69)
F 50% Vencidas	363.069,65	46.077,99	19.060,30	0,00	428.207,94	(214.103,97)	406.900,07	(203.450,04)
G 70% Normal	1.016.993,82	19.952,73	0,00	0,00	1.036.946,55	(725.862,59)	284.791,74	(199.354,22)
G 70% Vencidas	346.396,28	36.952,36	0,00	0,00	383.348,64	(268.344,05)	1.894.339,08	(1.326.037,36)
H 100% Normal	5.266.146,04	59.181,04	8.802,36	0,00	5.334.129,44	(5.334.129,44)	857.180,54	(857.180,54)
H 100% Vencidas	1.341.024,74	143.381,24	33.388,40	106.193,60	1.623.987,98	(1.623.987,98)	4.688.055,20	(4.688.055,20)
<b>Total Normal</b>	<b>189.232.618,73</b>	<b>6.963.421,55</b>	<b>21.840.015,88</b>	<b>114.178.704,57</b>	<b>332.214.760,73</b>	<b>(12.532.042,50)</b>	<b>200.957.335,93</b>	<b>(3.358.366,24)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>8.416.229,64</b>	<b>533.148,15</b>	<b>514.344,60</b>	<b>117.153,94</b>	<b>9.580.876,33</b>	<b>(2.889.313,42)</b>	<b>9.918.691,79</b>	<b>(6.417.964,44)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>197.648.848,37</b>	<b>7.496.569,70</b>	<b>22.354.360,48</b>	<b>114.295.858,51</b>	<b>341.795.637,06</b>	<b>(15.421.359,11)</b>	<b>210.876.027,72</b>	<b>(9.776.330,68)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(12.290.525,03)</b>	<b>(766.306,25)</b>	<b>(444.871,32)</b>	<b>(1.919.653,31)</b>	<b>(15.421.359,65)</b>		<b>(9.776.330,67)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>185.358.323,34</b>	<b>6.730.263,45</b>	<b>21.909.489,16</b>	<b>112.376.205,20</b>	<b>326.374.277,41</b>		<b>201.099.697,05</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	33.276.244,71	63.368.160,13	83.384.712,79	<b>180.029.117,63</b>
Títulos Descontados	23.011.098,88	2.105.201,56	0,00	<b>25.116.300,44</b>
Financiamentos	2.687.920,93	6.806.899,49	12.859.540,06	<b>22.354.360,48</b>
Financiamentos Rurais	9.702.859,70	98.853.292,07	5.739.706,74	<b>114.295.858,51</b>
<b>TOTAL</b>	<b>68.678.124,22</b>	<b>171.133.553,25</b>	<b>101.983.959,59</b>	<b>341.795.637,06</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.023.847,44	27.351.240,37	6.333.071,19	4.035.921,11	38.744.080,11	<b>11%</b>
Setor Privado - Indústria	154.595,55	4.463.171,50	1.847.394,26	992.729,12	7.457.890,43	<b>2%</b>
Setor Privado - Serviços	4.248.889,30	77.699.396,50	13.947.838,38	0,00	95.896.124,18	<b>28%</b>
Pessoa Física	1.797.297,83	84.416.397,59	2.423.425,55	109.222.101,71	119.859.222,68	<b>58%</b>
Outros	271.939,58	956.701,91	564.571,06	45.106,57	1.838.319,12	<b>1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.496.569,70</b>	<b>194.886.907,87</b>	<b>25.116.300,44</b>	<b>114.295.858,51</b>	<b>341.795.637,06</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	22.490.626,69	20.597.716,03
Valor das operações transferidas no período	5.440.142,31	885.711,38
Valor das operações recuperadas no período	2.975.211,00	1.007.199,28
<b>TOTAL</b>	<b>24.955.558,00</b>	<b>22.490.626,69</b>

f) Operações Renegociadas

Durante o exercício de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 35.527.342,21 (trinta e cinco milhões quinhentos e vinte mil trezentos e quarenta e dois reais e vinte e um centavos) compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, renovações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	177.682,36	162.659,53
Rendas a Receber	971.194,08	1.053.734,67
Diversos (b)	797.304,90	759.320,63
(-) Provisões para Outros Créditos (a)	(418.470,02)	(333.406,11)
<b>TOTAL</b>	<b>1.527.711,32</b>	<b>1.642.308,72</b>

a) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

b) O saldo da conta diversos refere-se a adiantamentos de viagens, imobilizações, valores a receber de tarifas e outros devedores.

## 8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.325.170,09	1.988.300,00
Material em Estoque	3.238,00	2.413,00
Despesas Antecipadas (b)	15.170,38	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.343.578,47</b>	<b>1.990.713,00</b>

SICOOB CREDICANOINHAS/SC

CNPJ: 78.834.975/0001-02

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

## 9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	7.595.801,32	7.339.912,63
Participações instituições financeiras controlada cooperativa de crédito	1.899.514,99	1.675.231,64
<b>TOTAL</b>	<b>9.495.316,31</b>	<b>9.015.144,27</b>

## 10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	100.000,00	4.370.000,00	
Terrenos	2.195.739,99	2.195.739,99	
Edificações	6.316.464,65	1.211.464,65	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(574.266,06)	(410.355,73)	
Móveis e equipamentos de Uso	2.798.966,44	1.844.691,31	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(798.428,43)	(586.495,20)	
Sistema de Comunicação	258.750,42	220.047,67	20%
Sistema de Processamento de Dados	2.706.257,41	2.188.078,58	10%
Sistema de Segurança	629.204,41	526.594,21	10%
Sistema de Transporte	727.922,97	656.322,97	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(2.132.230,67)	(1.722.764,38)	
<b>TOTAL</b>	<b>12.228.381,13</b>	<b>10.493.324,07</b>	

a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passam a ser depreciadas.

### 10.1 Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Direitos de Uso (b)	27.971,79	26.238,79
(-) Amortização Acumulada	(14.210,47)	(8.284,91)
<b>TOTAL</b>	<b>13.761,32</b>	<b>17.953,88</b>

b) Os ativos intangíveis referem-se a programas de computadores dos quais a cooperativa adquiriu para a realização das atividades operacionais no dia a dia.

## 11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com

base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

a) Depósitos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	79.492.599,93	54.936.494,66
Depósito a Prazo	256.869.114,11	200.381.763,45
<b>TOTAL</b>	<b>336.361.714,04</b>	<b>255.318.258,11</b>

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	0,00	(680,14)
Despesas de Depósitos a Prazo	(13.753.657,86)	(16.800.169,45)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(462.393,13)	(354.095,27)
<b>TOTAL</b>	<b>(14.216.050,99)</b>	<b>(17.154.944,86)</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos

## 12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Cooperativa Central	86.013.614,11	39.708.648,63
Recursos do Bancoob	12.196.389,65	32.664.762,66
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(777.183,19)	(794.793,95)
<b>TOTAL</b>	<b>97.432.820,57</b>	<b>71.578.617,34</b>

## 13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	184.900,00	276.700,00
<b>TOTAL</b>	<b>184.900,00</b>	<b>276.700,00</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

## 14. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	74.671,79	78.572,95
Sociais e Estatutárias	4.618.024,80	3.114.012,02
Fiscais e Previdenciárias	648.935,98	451.970,50
Diversas	6.133.359,53	8.705.780,45
<b>TOTAL</b>	<b>11.474.992,10</b>	<b>12.350.335,92</b>

#### 14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	924.680,38	552.229,25
Resultado de Atos com Não Associados	2.928.287,33	2.457.299,81
Cotas de Capital a Pagar (b)	765.057,09	104.482,96
<b>TOTAL</b>	<b>4.618.024,80</b>	<b>3.114.012,02</b>

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5 % das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

#### 14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e Contribuições Sobre Lucro A Pagar	58.420,62	31.356,36
Impostos e Contribuições a recolher	590.515,36	420.614,14
<b>TOTAL</b>	<b>648.935,98</b>	<b>451.970,50</b>

#### 14.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.004.820,30	941.642,30
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.147.239,78	2.718.874,01
Provisão para Passivos Contingentes (d)	60.000,00	4.402.911,62
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	497.478,23	297.383,44
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	0,00	76.128,73
Credores Diversos – País (c)	1.423.821,22	268.840,35
<b>TOTAL</b>	<b>6.133.359,53</b>	<b>8.705.780,45</b>

a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal, administrativa e outros pagamentos.

b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 37.481.218,37 (R\$ 27.968.109,93 em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

c) A conta Credores Diversos – País é composto pelo saldo de sobras de associados que encontram-se em debito junto a cooperativa, soma-se junto ao saldo diferença de sobras de caixa e também inclui a conta de pendências de crédito de terceiros referindo-se a saldo não enviado pela compensação e a regularizar no próximo dia útil do exercício seguinte, além da composição da conta cheques depositados é o saldo dos cheques descontados em operações com associados, aguardando a compensação.

d) O saldo da conta de provisão para passivos contingentes em 31/12/2018 é composto por estimativa de processo judicial de ordem trabalhista e por interposição fiscal. A variação de saldo entre 31/12/2017 e 31/12/2018 é referente a reversão de provisão com passivos contingentes relacionados a carteira de crédito rural.

#### 14.4. Provisão para Contingências

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para interposição de recursos trabalhistas	30.000,00	0,00	4.402.911,62	18.516,26
Interposição fiscais	30.000,00	0,00	0,00	0,00

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDICANOINHAS/SC**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 245.163,17. Essas ações abrangem, basicamente cíveis, dentre os quais destacam-se

Tipo de Ação	Valor Estimado (R\$)
Cível	150.000,00
Cível	5.000,00
Cível	2.000,00
Cível	10.000,00
Cível	5.000,00
Cível	15.000,00
Cível	58.163,17
<b>TOTAL</b>	<b>245.163,17</b>

#### 15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDICANOINHAS/SC** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

#### 16. Patrimônio líquido

##### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	37.541.419,86	31.247.856,12
Associados	32.204	26.383

##### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para suprir eventuais obrigações financeiras no caso de perdas de receitas.

**c) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF**

Constituído de acordo com o previsto em regulamento próprio, o fundo de estabilidade financeira, tem como objetivo suprir eventuais obrigações financeiras no caso de perda de receitas. Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5%.

**d) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de Abril de 2018 os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de Dezembro de 2017**, no valor de R\$ 4.417.834,05 (quatro milhões quatrocentos e dezessete mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinco centavos).

**e) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
01. Resultado Depois da Tributação Sobre Lucro	18.412.365,98	11.184.689,48
(+) Realização do FATES	567.038,31	415.915,98
03. Resultado Abrangente do Período (1+2)	18.979.404,30	11.600.605,46
(-) FATES Resultado com Não Associados	(485.796,58)	(556.020,36)
(-) FATES Resultado com Associados	(924.680,38)	(552.229,25)
(-) Reserva Legal	(9.246.803,86)	(5.522.292,55)
(-) Fundo De Estabilidade Financeira FEF	(924.680,38)	(552.229,25)
<b>Sobra à Disposição da Assembleia Geral</b>	<b>7.397.443,09</b>	<b>4.417.834,05</b>

**17. Resultado de atos não cooperativos**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
(+) Resultado com atos não cooperados	1.272.302,86	989.684,94
(=) Ajuste do resultado com não cooperados	(786.506,28)	(433.664,58)
(-) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(471.362,10)	(257.100,44)
(-) Despesa de Contribuição Social sobre o Lucro	(315.144,17)	(176.564,14)
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>485.796,58</b>	<b>556.020,36</b>

**18. Outros ingressos/rendas operacionais**

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	343.236,45	179.170,50
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	81.249,60	0,00
Reversão de Outras Provisões Operacionais (a)	7.044.702,39	0,00
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	0,00	0,00
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	397.328,17	223.755,63
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	472.643,63	191.118,68
Atualização de Depósitos Judiciais	0,00	11.754,61
Outras Rendas Operacionais	621.492,75	464.705,09
<b>TOTAL</b>	<b>8.960.952,99</b>	<b>1.070.504,51</b>



a) A Conta Reversão de Provisão Operacionais é o saldo de reversão com passivos contingentes, reversão de provisão com garantias prestadas e reversão da provisão com passivos trabalhistas.

### 18.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	521.694,06	735.663,01
Rendas de Empréstimos	32.338.217,80	26.179.816,34
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	5.392.572,46	5.411.677,01
Rendas de Financiamentos	3.304.782,64	1.892.340,17
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0,00	592.981,18
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.907.462,06	511.190,30
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	4.148.257,58	1.940.683,46
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	200.685,87	116.302,99
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	149.609,29	58.984,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	0,00	36.264,84
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0,00	2.031.009,52
Rendas de Financiamentos Agroindustriais	159.258,79	0,00
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	28.014,29	0,00
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	97.394,78	2.193.248,77
Rendas de Crédito Vinculados ao Crédito Rural	4.794,10	
Recuperação de créditos Baixados Para Prejuízo	2.975.211,00	1.007.199,28
<b>TOTAL</b>	<b>51.227.954,72</b>	<b>42.707.360,87</b>

### 19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(102.188,32)	(414.991,60)
Despesas de Descontos Concedidos	(162.642,59)	(387.826,93)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(290,00)	0,00
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(304.277,50)	(288.714,52)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(71.988,45)	(28.539,67)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(7.252,33)	(16.461,30)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(3.421,17)	(8.174,76)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(360.881,68)	(278.664,12)
Outras Despesas Operacionais	(608.364,72)	(88.803,66)
Outras Provisões Operacionais (a)	(2.237.465,29)	(1.420.792,89)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.858.772,05)</b>	<b>(2.932.969,45)</b>

a) Na conta com a nomenclatura Outras Provisões Operacionais são constituídos valores com coobrigações e garantias prestadas.

### 19.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas de Captação	(14.216.050,99)	(17.154.944,86)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(4.512.797,64)	(4.113.348,09)
Provisões para operações de crédito	(11.048.038,05)	(5.167.869,99)
<b>TOTAL</b>	<b>(29.776.886,68)</b>	<b>(26.436.162,94)</b>

### 20. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	18.138,54	0,00
Ganhos de Capital	7.167,79	159.822,17
Ganhos de Aluguéis	0,00	1.200,00
Reversão de provisões não operacionais	5.647,23	0,00
Outras Rendas não Operacionais	0,00	805,61
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(161.748,49)	(128.048,03)
(-) Perdas de Capital	(204.462,75)	(52.576,17)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(82.245,00)	0,00
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(417.502,68)</b>	<b>(18.796,42)</b>

## 21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e as pessoas jurídicas a estes pertencentes ou que exerçam controle e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

### a) Operações ativas e passivas – saldo em 31 de dezembro de 2018

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	14,70	0,15	0%
Crédito Rural	154.228,90	1.462,83	0%
Empréstimo	310.967,77	1.554,84	0%
Financiamento	29.985,78	149,93	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	74.371,12	0,09%	0%
Depósitos a Prazo	1.587.566,18	0,62%	0,47%

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Empréstimos	1,75%
Financiamento	0,8%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	94,02%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	0,08%
Crédito Rural (modalidades)	0,03%

c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	870.530,14
Empréstimos e Financiamentos	595.488,55

d) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	(1.207.258,17)
Encargos Sociais	(342.169,92)

## 22. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO VALE DO CANOINHAS - SICOOB CREDICANOINHAS/SC, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICANOINHAS/SC responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL SC/RS:

## 23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 23.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 23.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **23.3 Risco de Crédito**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### **23.4 Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **23.5 Risco Socioambiental**

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### **23.6 Gestão de Continuidade de Negócio**

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

#### **24. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### **25. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

---

FRANCISCO GRESELLE  
Presidente

---

MARCIA MARIA KOHLER DE LIMA  
Diretora Operacional

---

ELISON SELENKO  
Contador – CRC 035759/02-7